

PEDAGOGIA INTERÉTNICA: AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Thalita Rosa do Nascimento ¹

Francinara da Costa Brasil ²

Vitória Régia de Sousa Alencar Carneiro ³

Marina Marcos Costa ⁴

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo discutir sobre a relevância das relações étnico-raciais em sala de aula a fim de fomentar uma aprendizagem livre de preconceito e discriminação, como também descobertas e compreensão sobre a cultura afro-brasileira com a utilização de uma pedagogia interétnica. A metodologia utilizada nesse estudo deu-se através de pesquisas bibliográficas e relato de experiência dos resultados da execução do projeto. Fundamentando-se em teóricos importantes sobre a temática como Boakari (1999), Lenner (2002), Rocha (2003), além das leis e diretrizes, contribuindo de maneira significativa ao processo de aquisição de conhecimentos e reflexões. A análise dos resultados evidenciou a elaboração de planejamento com ações pedagógicas a partir da pedagogia interétnica, instigando a participação de toda a comunidade escolar, como é o caso do projeto “É normal ser diferente”, sendo instrumento imprescindível ao processo de formação, capaz de desenvolver a criticidade dos alunos possibilitando uma aprendizagem significativa sobre características e culturas que tornam o indivíduo singular, promovendo assim um ambiente de respeito e valorização da diversidade. Portanto é necessário um ensino sobre relações étnico-raciais que agregue na formação crítica e humanista, utilizando a Pedagogia Interétnica como alternativa que contemple assuntos multiculturais em conjunto com práticas pedagógicas intencionais voltadas à conscientização das diferenças para a diminuição da discriminação.

Palavras-chave: Pedagogia Interétnica, Relações étnico-raciais, Cultura Afro-brasileira.

INTRODUÇÃO

O âmbito escolar é o espaço que assegura os direitos e possibilita o desenvolvimento social e a aprendizagem dos alunos, devendo ser um ambiente agradável e propício ao relacionamento coletivo, criando possibilidades de interações saudáveis entre todos os indivíduos que dele faz parte. A escola torna-se o principal cenário de conscientização acerca da inclusão e da importância da diversidade como elemento enriquecedor da cultura, cujo mediador deste processo é o professor em seu papel de agente ativo na formação cidadã, que difundirá conhecimentos e promoverá atividades voltadas à valorização das diferenças no processo de ensino e aprendizagem.

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade do Piauí - FAPI, thalitarosatr1@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade do Piauí - FAPI, francinara04@hotmail.com;

³Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade do Piauí - FAPI, regia672@gmail.com;

⁴Professora orientadora: mestra, Faculdade do Piauí - FAPI, marina.mcosta@hotmail.com.

Com as constantes mudanças na sociedade as discriminações estão ganhando cada vez mais espaços, sendo um grande desafio aos docentes promover um ambiente que contribua para os alunos tornarem-se críticos e livres de preconceitos, cientes do papel que cada povo com sua cultura e costumes tiveram para a construção da humanidade. Diante disso, fazem-se necessárias discussões em sala de aula a respeito das questões étnico-raciais, apresentando a história e cultura para desconstrução de preconceitos e discriminação no ambiente escolar com a utilização de uma pedagogia interétnica voltada para a diversidade.

O interesse pela temática surgiu a partir dos estudos da disciplina Relações Étnico-Raciais no Brasil do curso de Pedagogia em Faculdade de Teresina-Pi, que através dos textos discutidos e projetos realizados, houve-se a necessidade de aprofundar sobre o assunto, com o objetivo de discutir sobre a relevância em sala de aula a fim de fomentar uma aprendizagem livre de preconceito e discriminação como também descobertas e compreensão sobre a cultura afro-brasileira.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nessa discussão se deu através de pesquisas bibliográficas que “é uma modalidade de estudos e análise de documentos de domínio científico” (OLIVEIRA, 2016). Fundamentou-se em teóricos importantes para a temática em questão como Boakari (1999), Lenner (2002), Rocha (2003), além das leis e diretrizes, contribuindo de maneira significativa ao processo de aquisição de conhecimentos e reflexões. E também o relato de experiência que é uma descrição, no caso da elaboração de um projeto pedagógico, que se deu de forma intencional, nomeado como “É normal ser diferente” apresentado em uma escola da zona Sudeste da Capital do Piauí, contendo princípios interétnico importantes a ser desenvolvido no âmbito escolar.

DESENVOLVIMENTO

A aceção de raça foi se modificando de acordo com as transformações na sociedade, entrando em desuso por está associada à origem social dos indivíduos e assim categorizá-los. A palavra raça vem do latim *ratio*, que quer dizer categoria, sendo conceito biológico aplicado aos subgrupos de uma espécie. Diante disso esta palavra possui uma designação classificatória que remete à discriminação, estando intimamente relacionada à história escravista do país e as designações sobre o que é ser negro e ser branco, que segundo Boakari (1999 p.101) “Ela é

usada para explicar e justificar tratamentos diferenciados para com os membros de um grupo”. Resultando fortemente na prática do preconceito e racismo em sociedade. Esse termo surgiu durante a época colonial pelo *apartheid* para perpetuar a submissão dos colonizadores, se consolidando a partir das obras de filósofos e cientistas dos séculos XVIII e XIX, que através de seus escritos caracterizavam os seres humanos pela aparência, relacionando a expressão sempre a um conceito social de acordo com cada sociedade e cultura. Como explanado por Boakari (1999 p.101):

Para a realidade das sociedades onde vivem africanos da diáspora, o conceito de raça ainda tem um significado muito importante, apesar das chamadas reformas legais. Em si, este conceito poderia não apontar para elementos negativos. Entretanto, nessas sociedades onde existem vários grupos de matrizes biológicas (raças), a palavra raça tem recebido um significado classificatório.

Com os diferentes tipos de raças humanas que se constituiu durante a história, o racismo potencializou a discriminação social instituindo uma raça superior à outra de acordo com as características físicas e traços de comportamento ditos como únicos e verdadeiros. E em contraposição a essa ideia, a noção de etnia surgiu após a Segunda Guerra Mundial, que derivada do grego *ethnos* significa "pessoas que vivem juntas, possuindo os mesmos costumes e uma identidade marcada por traços distintos”. Essa mudança dos termos foi necessária quanto aos significados, mas as práticas preconceituosas continuaram da mesma forma, o que muda como diz Boakari (1999, p.101) “talvez a lógica seja uma de compreender e assimilar o menos agressivo (étnico), para preparar as pessoas a aceitarem gradativamente, que as características físicas não fazem as pessoas.” É importante destacar que não é apenas uma palavra responsável pela dispersão da discriminação no mundo, mas os próprios indivíduos através de uma má compreensão desses termos e atitudes etnocêntricas, estas vistas como algo mais comum do que possa parecer, provocando desigualdades e julgamentos próprios de cada cultura.

O etnocentrismo se tornou uma prática frequente, não sendo exclusivo de uma determinada sociedade, mas que alguns perpetraram inconscientemente por não saberem o seu verdadeiro conceito. O termo é formado pela palavra “etno”, com a significação já explanada acima e a palavra “centrismo” que indica centro. Explanado por Rocha que (2003, p. 07):

Assim, a colocação central sobre o etnocentrismo pode ser expressa como a procura de sabermos os mecanismos, as formas, os caminhos e razões, enfim, pelos quais tantas e tão profundas distorções se perpetuam nas emoções, pensamentos, imagens e representações que fazemos da vida daqueles que são diferentes de nós.

Como evidenciado esse termo caracteriza-se pela valorização de um grupo étnico sendo mais importante que os demais, julgando a forma de pensar e as leis como as únicas possíveis de serem seguidas em que o outro que não faz parte do grupo é visto como estranho e o errado que precisa ser moldado. Essa tendência representa um problema ao favorecer a disseminação de preconceitos e conflitos, recorrentes muitas vezes de desconhecimentos de hábitos e costumes culturais, como afirma Rocha (2003, p.13) “passa exatamente por um julgamento do valor da cultura do ‘outro’ nos termos da cultura do grupo do ‘eu’”.

No ponto de vista legal as relações étnico-raciais nas escolas se encontram presente na lei nº 11.645/2008, uma alteração da lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em que antes modificada pela lei 10.639/03. Assim estabelece atualmente através das Diretrizes e Bases da Educação Nacional o cumprimento de cunho obrigatório, estipulando que o ensino de História aborde sobre a cultura afro-brasileira e africana, além das indígenas nas instituições públicas e privadas de ensino fundamental e médio. Que no art. 26-A, inciso 1 da lei 11.645/08 diz que:

§1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

No que se refere às disciplinas como História do Brasil, Literatura e Educação Artística, os conteúdos de acordo com a lei devem relacionar a temática, provocando um aprendizado e consciência sobre a realidade e as contribuições dos diferentes povos a constituição da civilização.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na resolução nº 01/2004 do conselho nacional de educação/conselho pleno, na qual detalha todos os direitos e as obrigações dos meios políticos. A implementação da lei constitui em um conjunto de dispositivos legais e indutores de uma política educacional voltada para a diversidade cultural. O art. 2º da resolução nº 01/2004 profere que:

Art. 2º As diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e tem por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica no Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo a construção de nação democrática.

Visando então em um ensino que aborde as relações étnico-raciais com objetivo de promover a conscientização das culturas com propósito de gerar cidadãos conscientes do processo de combate ao preconceito racial. É visto que o caminho percorrido pelos povos para chegar à atual lei foi de muita luta e resistência havendo protagonistas, diversos líderes e organizações anti-racistas que serviram como linha de frente para iniciar uma possível superação das discriminações na sociedade.

Além das leis que orientam, a Pedagogia Interétnica apresenta princípios que são uma das alternativas mais ideais a reforçarem sobre a temática, pois aborda sobre as diversidades existentes em um país multiétnico e multicultural de acordo com uma visão humanista e crítica. Necessita-se de uma educação com estratégias pedagógicas intencionais em prol de conscientização e reconhecimento sobre as contribuições dos diversos povos e suas culturas, que para Boakari (1999, p.106):

A pedagogia interétnica resulta de uma concepção educacional diferente, multicultural e não monocultural européia, oferece modos alternativos para trabalhar com os alunos. Estes merecem atenção específica. Adequadamente desenvolvida, esta pedagogia poderia contribuir muito para transformar uma sociedade de composição diversa, discriminatória e desigual, numa realidade social onde as diferenças são reconhecidas como valores que merecem respeito para serem continuamente trabalhados em favor da coletividade.

Na atual sociedade contemporânea efêmera ainda prevalece preconceitos raciais e culturais que perpassam as várias instâncias sociais, como nas escolas, em que herdamos uma visão inadequada e excludente, efetivando uma prática como o etnocentrismo, em que o mundo é pensado pelo o grupo que pertence, havendo dificuldades de aceitar as diferenças, fazendo que predomine o eurocentrismo. Dessa maneira, a pedagogia interétnica seria a quebra desse paradigma, pelo fato de ser compreendida como uma prática social que visa debater e combater qualquer forma discriminatória, almejando então que as instituições de ensino por deterem a sistematização através da educação formal possam trabalhar de maneira inovadora por meio de projetos, atividades, dinâmicas que possibilite a construção de valores e senso crítico em relação às heterogeneidades. Para Boakari (1999, p.102):

isto que dizer que existe uma necessidade de trabalhar o conteúdo escolar (e outros elementos socializadores), de tal forma que se contemplem e integrem as diferenças culturais, as diferenças visões do mundo e as experiências históricas que ajudam na construção de valores em vida.

Abordar sobre a pluralidade nas salas de aula é imprescindível para a formação do cidadão. Os professores em uma postura reflexiva, crítica e comprometida com as práticas, afins

da concretização da valorização dos grupos através da historicidade, pesquisas, diálogos e o compartilhamento das realidades vivenciadas cotidianamente por cada aluno, pois somente através do conhecimento pode-se desenvolver a não tolerância, mas sim o respeito ao próximo, que conforme Boakari (1999, p. 103) “o profissional da área educacional que compartilhe desta ótica, muito poderia contribuir no desenvolvimento coletivo de uma educação escolar que possibilite o crescimento intelectual, social, político e cultural de todos, estudantes e outros profissionais”.

Na prática docente, independentemente dos níveis, os docentes se deparam com uma sala de aula repleta de discentes com culturas, posturas e costumes distintos, tornam-se um grande desafio conduzir no processo de ensino-aprendizagem uma valorização e respeito sobre a diversidade, para isto estratégias pedagógicas, articulada com o currículo é uma ferramenta que contribui ao crescimento pessoal e analítico, podendo incitar o envolvimento de toda comunidade para estabelecerem atitudes e ações que abrace os vários grupos étnicos.

Os projetos interdisciplinares são outros instrumentos educacionais relevantes a serem executados por todos os alunos, professores, funcionários e familiares, por apresentarem resultados positivos entorno da aquisição de aprendizagens no que se refere um determinado tema, que de acordo com Lerner (2002, p.22) “o trabalho por projetos permitem, realmente, que todos integrantes da classe – e não só o professor – orientem suas ações para o cumprimento de uma finalidade compartilhada.” Assim a realização poderá se suceder através de textos literários, rodas de conversas, apresentações artistas sobre assuntos correlacionados as etnias, despertando um olhar mais humanista nos educandos.

Os fundamentos da pedagogia interétnica é um mecanismo que visa adversar a todas as formas discriminatórias a população considerada “minorias” na sociedade, tencionando executar ações de enaltecimento e o respeito aos que pertencem a culturas, raças ou crenças diferentes. O âmbito educacional é um aliado, que por meio de mudanças nas práticas pedagógicas e no currículo pode agregar para uma sociedade mais igualitária e justa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em estudos da disciplina de Relações Étnico-Raciais no Brasil, a professora responsável estabeleceu a incumbência em realizar um projeto pedagógico em uma escola municipal de Teresina – Piauí, que abrangesse uma ação intencional a partir da concepção da Pedagogia Interétnica. Assim houve um planejamento para redigir o projeto de forma compartilhada, dividindo em pequenos grupos que através de diálogos e pesquisas, decidiu-se que o ideal seria

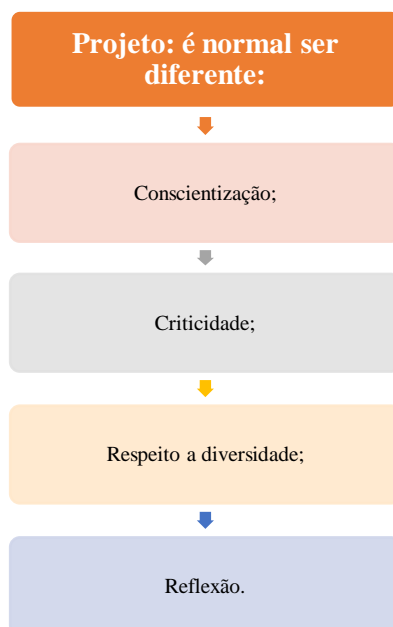
um musical da canção intitulada como “Normal é ser diferente” de Jair Oliveira, que aborda as diferenças físicas e culturais de maneira lúdica.

O projeto nomeado “É normal ser diferente” quando apresentado na escola da zona Sudeste da Capital do Piauí, ocasionou uma aceitação e entusiasmos pelo diretor, coordenadora e professores. Devido contém o objetivo de incitar a conscientização acerca das diversidades culturais e de identidades, tendo como intenção desenvolver a criticidade dos alunos nos anos iniciais.

Em pesquisa sobre o contexto social dos alunos, as atividades foram estabelecidas, em que na culminância iniciou com uma apresentação e animação, logo mais o musical, dinâmicas lúdicas e recreativas, possibilitando uma aprendizagem significativa sobre características e culturas que tornam o indivíduo singular, promovendo o respeito e o entendimento que todos são importantes e não ameaçadores, assim melhorando a relação entre a coletividade (BOAKARI, 1999).

Após o término, foi possível um levantamento por meio de uma conversa com os alunos, visto alguns resultados como:

Figura 1 – Resultados do projeto



Fonte: Dados da Pesquisa

Cada item apresentado anteriormente agrega positivamente em prol de uma educação inclusiva e no desenvolvimento dos discentes em reconhecerem práticas preconceituosas como incorretas, tornando-se cidadãos capazes de conviverem em um país multicultural e multiétnico.

As escolas em contribuir para uma sociedade melhor, através de ações como está se torna imprescindível que coletivamente construirá alternativas de coibir quaisquer práticas excludentes e classificatórias, ocasionando um ambiente de respeito e valorização a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É primordial um ensino sobre relações étnico-raciais nas escolas, visto que é o principal meio de inclusão e conscientização, que além das leis e orientações, a Pedagogia Interétnica se torna uma ferramenta para abordar todo o multiculturalismo e multiétnica, em conjunto com práticas pedagógicas intencionais.

O projeto "É normal ser diferente", promoveu a ideia das várias culturas e outras identidades existentes no País, os alunos contemplados pela realização do projeto ficaram encantados com os diferentes personagens da história, algo que incentivou o interesse e atenção deles, assim os métodos pedagógicos, como o projeto, possibilita a compreensão sobre o assunto de maneira simples e cria nos alunos uma curiosidade de ampliar os conhecimentos.

O ensino de relações étnico-raciais agrega para a formação crítica e humanista, além da conscientizar sobre as diferenças para a diminuição da discriminação racial em sociedade, sendo necessárias mais pesquisas científicas entorno dos benefícios do estudo de tal temática para a educação e comunidade.

Alguns questionamentos devem ficar para estudos futuros do tema, como qual a importância para a formação crítica e humanista durante a formação pessoal? Com métodos pedagógicos o ensino pode ser mais fácil e interessante? Quais métodos podem inserir nesse ensino? Assim, concluí-se deixando provocações sobre a temática e o incentivo a busca de outras pesquisas e estudos futuros, mediante ao conteúdo abordado durante a leitura.

REFERÊNCIAS

BOAKARI, Francis Musa. Uma pedagogia interétnica para a educação brasileira: para não dizer que não tive sonhos realizáveis. **Revista do mestrado em Educação/Universidade Federal do Piauí**, n.4, Teresina, 1999. p. 98 - 120.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: SECAD/MEC, 2004.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

LERNER, Delia. Ler e escrever na escola. In: _____. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002. cap. 01, p. 17 - 51.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

ROCHA, E.P.G. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 07 – 22.